

Sumário

Introdução.....	1
1. O Perímetro da Corte de Contas no Estado Constitucional.....	3
1.1 Postulados fundantes do Estado democrático de direitos e a accountability pública.....	3
1.2 O direito fundamental à boa administração pública	16
1.2.1 Direito à boa administração pública como categoria autônoma reconhecida no cenário internacional	19
1.2.2 O direito fundamental à boa administração pública e seus contornos jurídicos no Direito brasileiro	24
1.2.3 Governança pública e a imperiosa necessidade de sistemas de controle	28
1.3 O desenho institucional dos Tribunais de Contas na Constituição Federal brasileira	32
1.3.1 Os Tribunais de Contas do Brasil como Instituições Superiores de Controle.....	33
1.3.2 Sistema nacional do Tribunal de Contas: a organização federal do controle externo.....	40
1.3.3 O Tribunal de Contas independente e autônomo em um cenário de tripartição de poderes	44
1.4 A função e as competências dos Tribunais de Contas	48
1.5 Composição técnico-política: a escolha de seus membros e a legitimidade na atuação	63
1.5.1 Composição e o processo de escolha dos seus membros	65
1.5.2 Garantias e prerrogativas protetivas ao exercício da controladoria externa.....	69

1.5.3 Legitimidade na atuação dos Tribunais de Contas.....	73
2. Considerações acerca do conjunto normativo disponível aos tribunais de contas.....	81
2.1 Os princípios jurídicos no processo de tomada de decisão na Administração Pública.....	82
2.1.1 Os princípios lógicos supremos e o limite racional à atuação dos Tribunais de Contas.....	83
2.1.2 Os princípios jurídicos e o neoconstitucionalismo.....	88
2.1.3 Crítica ao uso excessivo de princípios no controle da Administração Pública	92
2.2 O orçamento público entre o constitucionalismo dos desejos e a tutela dos direitos fundamentais	96
2.2.1 O constitucionalismo dos desejos e o custo dos direitos	97
2.2.2 O dever de planejar e o orçamento público	104
2.2.3 Os Tribunais de Contas e o controle orçamentário.....	112
2.3 As técnicas de decisão no juízo de contas e a análise consequencialista da governança pública	115
2.3.1 O advento da Lei federal nº 13.655/2018: a Nova Lei de Introdução às Normas de Direito	117
2.3.2 A Lei da Segurança para a Inovação Pública: governança pública e o consequencialismo das decisões	124
2.4 O Direito sancionatório no âmbito dos Tribunais de Contas.....	136
2.4.1 Sanções passíveis de aplicação pelo Tribunal de Contas.....	137
2.4.2 Os postulados da proporcionalidade e da razoabilidade.....	145
2.4.3 O Tribunal de Contas razoável, propositivo e dialógico.....	149
3. A Atuação dos Tribunais de Contas: Reflexos no Fenômeno da Cidade	157
3.1 Políticas orçamentárias em tempo de crise	159

3.1.1 Reorganização institucional e restrições financeiras que afetem a cidade.....	161
3.1.2 Novas propostas orçamentárias em tempo de crise: primeiras considerações acerca da reforma administrativa.....	170
3.1.3 Notas acerca do controle exercido pelos Tribunais de Contas em momentos de crise	176
3.2 Controle de contas entre a discricionariedade e a vinculação: governança pública de resultados.....	181
3.2.1 Considerações teóricas acerca da discricionariedade e da vinculação	182
3.2.2 Cenário jurídico-institucional prevalente no controle de políticas públicas pelos Tribunais de Contas	187
3.2.3 Limites ao exercício do controle externo e a Administração Pública de resultados.....	194
3.3 O Tribunal de Contas no combate à corrupção.....	200
3.3.1 A dificuldade em conceituar o ato de corrupção	202
3.3.2 Accountability e compliance na Administração Pública	207
3.3.3 O papel da controladoria externa no combate à corrupção	214
3.4 A relação entre a accountability horizontal e a accountability vertical: considerações acerca do reflexo eleitoral.....	220
3.4.1 Accountability vertical e a soberania popular.....	222
3.4.2 Limites normativos à soberania popular	226
3.4.3 Inelegibilidade por rejeição de contas: a interseção entre a accountability horizontal e a vertical	231
Conclusão	237
Referências	243